

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO: A FUNÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Códigos JEL

H11 - Structure, Scope, and Performance of Government ;

L - Industrial Organization, L38 - Public Policy

L53 - Enterprise Policy

M14 - Corporate Culture; Social Responsibility

O2 - Development Planning and Policy

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO: A FUNÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Resumo

Palavras-chave

Responsabilidade Social. Empresas privadas. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Políticas Públicas

Código JEL

H11 - Structure, Scope, and Performance of Government ; L - Industrial Organization / L38 - Public Policy; L53 - Enterprise Policy; M14 - Corporate Culture; Social Responsibility; O2 - Development Planning and Policy

Abstract

This article calls into question the issue of corporate social responsibility and the use of these actions as an instrument of public policy aiming social and economic sustainable development, mainly in the current context of global financial crisis. First, it presents theoretical concepts on the inclusion of social responsibility in corporate organizational culture, on Sustainable Economic Development and the dynamics of private companies in the way of economic development. From specialized institution researches, it investigates the practice of corporate social responsibility in Brazil. The results of the analysis indicate that these companies actions are not yet strongly disseminated in the country and it is necessary to prioritize public policies with the function to use them as a tool for socio-economic development.

Key-words

Firms. Social Responsibility. Development. Sustainability. Public Policies

Resumen

En este artículo se pone en duda la cuestión de la responsabilidad social corporativa y el uso de estas acciones como un instrumento de política pública para el desarrollo sostenible. El tema de la responsabilidad social corporativa ha ganado la atención mundial en las discusiones académicas, gubernamentales y empresariales, particularmente en el contexto de las reflexiones sobre el desarrollo económico y el contexto actual de crisis financiera global. El texto comienza presentando los conceptos teóricos sobre la inclusión de la responsabilidad social corporativa en la cultura organizacional sobre el Desarrollo Económico Sostenible y la dinámica de las empresas privadas en el camino del desarrollo. De instituciones de investigación especializadas, investiga la práctica de la responsabilidad social corporativa en Brasil. Los resultados del análisis indican que estas acciones de las empresas aún no están muy difundidas en el país y la necesidad de priorizar las políticas públicas que tienen la función de utilizarlos como una herramienta para el desarrollo socio-económico.

Palabras-clave

Responsabilidad Social. Empresas privadas. Desarrollo. Sostenibilidad. Políticas Públicas

Résumé

Cet article remet en cause la question de la responsabilité sociale des entreprises et la utilisation de ces mesures comme un instrument de politique publique pour le développement économique. La question de la responsabilité sociale des entreprises a attiré l'attention dans le monde entier dans les discussions académiques, gouvernementaux et commerciaux, en particulier dans le cadre des réflexions sur le développement économique et le contexte actuel de crise financière mondiale. Le texte commence par présenter les concepts théoriques sur l'inclusion de la responsabilité sociale dans la culture organisationnelle des entreprises sur le développement économique durable et la dynamique des entreprises privées dans la voie du développement. Des institutions de recherche spécialisées, enquête sur la pratique de la responsabilité sociale des entreprises au Brésil. Les résultats de l'analyse indiquent que ces actions des entreprises ne sont pas encore fortement disséminés dans le pays et la nécessité de hiérarchiser les politiques publiques qui ont la fonction de les utiliser comme un outil de développement socio-économique.

Mots-clés

Responsabilité sociale. Entreprises privées. Développement. Planification. Politiques Publiques

1. Introdução

O tema sobre responsabilidade social das empresas vem ganhando mundialmente atenção nas discussões acadêmicas, governamentais e nas empresas, particularmente no âmbito dos reflexos sobre o desenvolvimento econômico. Além da submissão à ação da regulação ambiental, as empresas começam a ter compromissos adicionais com a proteção ambiental, através da responsabilidade moral e social de economizar e preservar recursos naturais, tendo em vista a continuidade de utilização de insumos que estão se tornando menos abundantes e em processo de desgaste devido ao consumo descuidado que assume forma predadora.

A questão primordial que baseia a tomada de decisão empresarial, não se limita apenas à maximização do lucro ou da renda, mas muitas vezes coloca em campo a alternativa entre o sacrifício dos lucros em favor do interesse social, dado que na realidade, a responsabilidade social, para a empresa, se origina da necessidade de preservar a disponibilidade de insumos produtivos e ainda de manutenção da demanda. A tomada de decisão na firma, portanto extrapola suas responsabilidades fiduciárias com seus acionistas e toma a forma de responsabilidade pelos recursos sociais, ainda que assumindo maiores custos de transação. A introdução desta nova cultura organizacional requer o desenvolvimento paralelo de novas formas de gestão compatíveis com a efetivação destes objetivos pela empresa, de modo a institucionalizar posturas e instrumentos de gestão, com relação aos seus *stakeholders* envolvidos, representados tanto pelo seu público interno, quanto por fornecedores, comunidade, consumidores, meio ambiente, governo e sociedade.

A adoção de uma cultura organizacional de responsabilidade social das empresas extrapola o simples compromisso com a regulamentação ambiental e adquire papel prioritário na elaboração de novas formas de consecução do desenvolvimento sócio-econômico sustentável. A integração entre as ações estratégicas de responsabilidade social das empresas e os requisitos de sustentabilidade sócio econômica acaba por se constituir em um instrumento de consecução do desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

No entanto, a ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social, embora crescente, ainda é tímida no Brasil e tem se voltado para a elaboração de *marketing* organizacional através do assistencialismo de curto prazo, de projetos de ajuda filantrópica, de uma política de doações, não revestida de objetivos outros que diminuir momentaneamente dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade. É nesse contexto que as políticas públicas nacionais encontram um espaço para ação efetiva de implementação do planejamento que tem por objeto o desenvolvimento sócio-econômico, através de medidas específicas que adotam instrumentos de indução que visam estimular e propiciar condições de efetivação da inclusão da responsabilidade social na cultura organizacional das empresas.

Dessa forma, este artigo visa contribuir com um conjunto de ferramentas conceituais e aspectos factuais que possam auxiliar na conscientização das vantagens da formulação e implementação mais eficaz de estratégias públicas direcionadas ao apoio da responsabilidade social das empresas, no contexto brasileiro. A necessidade da adoção de estratégias de responsabilidade social pelas empresas é aqui vista como parte integrante de sua cultura organizacional atualizada e não mais como mero discurso de *marketing*, ao assumirem a conscientização dos impactos positivos das ações que dividem com o governo e com a sociedade a responsabilidade da elaboração de instrumentos de apoio social para a diminuição das insistentes desigualdades sociais.

São primeiramente analisados os conceitos, características e os reflexos da inclusão da responsabilidade social das empresas, no contexto da cultura organizacional, como requisito que se torna crescentemente essencial para os processos de desenvolvimento sustentável e como tal, influenciam aspectos da tomada de decisão das empresas, suscitando debates sobre a necessidade de avanços teóricos complementares à visão atual sobre o comportamento da firma. O texto visa verificar como através da integração entre os objetivos de responsabilidade social das empresas e desenvolvimento sustentável, se concretiza a possibilidade de efetivação das mudanças desejadas de inclusão dos países como concorrentes no contexto mundial a partir da nova visão ética.

Nas seções seguintes, são examinadas as conceituações teóricas sobre o desenvolvimento econômico sustentável e a dinâmica das empresas no caminho do desenvolvimento no contexto mundial. Finalmente, através do perfil das empresas que investem na gestão de responsabilidade social no Brasil, é visualizado o potencial de ampliação destas ações, por meio de medidas de políticas públicas, visando o desenvolvimento sustentável.

2. A inclusão da responsabilidade social na cultura organizacional das empresas

No cenário mundial contemporâneo é observada a decorrência de múltiplas transformações de ordem econômica, política, social e cultural que, por sua vez, estimulam o aparecimento de novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade, que apresentam impactos consideráveis nas formas de gestão das organizações. A crescente e intensa globalização sócio-econômica, que impera na atualidade, significa uma integração internacional da produção, mercados, hábitos sociais e culturais. Porém, implica também em exclusão e ampliação do atraso relativo para as nações que não apresentam condições de se inserirem de modo satisfatório no processo de mundialização e muito menos no contexto de um desenvolvimento continuado, particularmente no contexto da crise financeira mundial contemporânea.

O conceito de desenvolvimento durante muito tempo foi entendido como de elevação do bem-estar da população dos países, através de reformas estruturais que permitissem a consecução destes objetivos por meio do aumento da produção e do consumo global. Nesse sentido, a correlação entre aumento do consumo e maior avanço tem sido usualmente o

indicador para a avaliação do desenvolvimento. Este modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, pois, de um lado, observa-se riqueza e fartura no mundo em relação a padrões de períodos anteriores da história mundial. Por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. O aumento da competitividade internacional das empresas e do avanço tecnológico, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, vem conduzindo a crescente desgaste ambiental e à polêmica sobre os limites ao crescimento mundial. A idéia do Desenvolvimento Sustentável surgiu a partir desta constatação, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e ainda, com a diminuição da pobreza e da má distribuição de recursos no mundo.

No âmbito das atuais tendências de relacionamento entre os participantes deste contexto, verifica-se, de modo crescente, a aproximação dos interesses das organizações produtivas privadas e da sociedade, o que resulta em esforços múltiplos para o atendimento de objetivos compartilhados. Novos modelos de organizações emergem como reflexo da convergência entre metas econômicas e sociais, com a preocupação com a elevação do padrão de qualidade de vida de suas comunidades. As empresas, como “organizações–cidadãs”, com esta finalidade recebem a incumbência de desenvolverem um processo de responsabilidade social em suas tomadas de decisão.

A intensificação, na atualidade, dos debates a respeito de novas formas de consecução do desenvolvimento sustentável, vem suscitando a evolução da idéia da necessidade de uma nova ética empresarial, bem como a reflexão sobre a necessidade da disseminação da idéia de que a responsabilidade ética dos agentes envolvidos na gestão empresarial passa a ser elemento primordial na busca deste desenvolvimento e nesse sentido, o engajamento ético deve ser visualizado como componente endógeno da cultura organizacional.

Como salienta Foladori (2006: 17), a sustentabilidade ecológica tem parâmetros claros, assim como a sustentabilidade econômica, pois no regime de produção capitalista, o mercado se encarrega de expurgar as empresas que não são competitivas. A questão polêmica se apresenta com a sustentabilidade social, no que se refere à pobreza e ao incremento populacional, quando mais pessoas implicam em mais consumo, em um mundo onde os recursos naturais são finitos e o ambiente se degrada.

A partir da dinâmica das empresas diante dos impactos da mundialização econômica sobre a produção e o consumo, vem surgindo paulatinamente a reflexão sobre a necessidade da criação de novos conceitos e tendências profissionais para a orientação das tomadas de decisão nas empresas. O conceito de responsabilidade social é muito complexo e dinâmico, desde que surge com significados diferenciados através de óticas teóricas específicas que conduzem a mudanças nos paradigmas de gestão empresarial. A nova visão repercute tanto na área da gestão quanto do processo produtivo em si, salientando-se um conjunto de obrigações que conduzam estas instituições à co-responsabilidade pelo combate às desigualdades sócio-econômicas incrementadas pela globalização.

Esta foi a gênese da idéia de responsabilidade social empresarial, entendida como:

"Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais" (Ethos, 2006:1).

Este conceito é relativamente novo e ainda não foi uniformizado em nível mundial. Em geral, em cada país a idéia é reconhecer que as empresas têm um papel essencial a cumprir, juntamente com os governos e a sociedade civil, na solução da diminuição das

imensas desigualdades sociais e da degradação ambiental crescente vivida neste início de milênio. Já engloba a idéia da urgência na participação das empresas na promoção do desenvolvimento sustentável, em nível global, bem como a necessidade de ampliar o âmbito dos grupos que são objeto dos impactos diretos ou indiretos de suas decisões nesse sentido, incluindo os grupos que influenciam suas ações.

No novo conceito está incorporada a busca pela verdadeira inclusão social e o amplo e universal respeito aos direitos humanos fundamentais, como o direito à alimentação adequada, à liberdade, à educação básica, à vida com dignidade, entre outros, conforme preconizado por Sen (1999), incluindo ainda a eliminação de formas de discriminação de gênero, racial, étnica e cultural. Além do mais, é pleiteada a implantação destas medidas de desenvolvimento na gestão da empresa, pois a verdadeira Responsabilidade Social Empresarial independe apenas de investimentos financeiros, mas depende profundamente de decisão política de efetivação (IPEA, 2008).

Uma definição muito mais condensada e abrangente é oferecida por Elhauge (2005), que defende a idéia de que: “*Responsabilidade Social é sacrificar os lucros por interesse social*”. O debate acadêmico sobre a legalidade de sacrificar os lucros pelo interesse público se iniciou em 1932, com artigos de Dodd (1932) e Berle (1932) sobre o tema publicados na *Harvard Law Review*. Mais recentemente o debate teve um ressurgimento com um artigo de Milton Friedman, que desenvolvia a idéia de que a legitimidade dos acionistas deveria ter prioridade:

“Em um sistema de livre empresa e propriedade privada, um executivo empresarial é um empregado dos proprietários das empresas. Ele tem responsabilidade direta por seus empregados. Esta responsabilidade significa conduzir os negócios de acordo com seus desejos, que em geral serão de conseguir o maior volume de dinheiro possível, conforme as regras gerais da sociedade, tanto os envolvidos com a lei quanto os envolvidos com os valores éticos” (Friedman, 1970: 1).

Do ponto de vista jurídico, Fleta (1995) define esta idéia como:

“Entende-se por responsabilidade social o conjunto de obrigações inerentes a evolução de um estado ou condição com força ainda não reconhecidas pelo ordenamento jurídico positivo ou desconhecidas parcialmente, mas cuja força que se vincula e sua prévia tipificação procedem da íntima convicção social de que não segui-la constitui uma transgressão da norma da cultura.” (Fleta, 1995: 18).

Os estudos na área da tomada de decisão das empresas privadas vêm incorporando várias outras novas teorias e correntes de pensamento, em que o ambiente social e suas variáveis determinantes exercem um papel fundamental no complexo sistema sócio-econômico. Alguns destes estudos defendem a idéia de que muitas possibilidades e capacidades existentes dentro das organizações são decorrentes do que se desenvolve fora delas, nos seus ambientes. Dessa forma, as organizações escolheriam seus ambientes externos e passam a ser condicionados por eles, necessitando adaptar-se aos mesmos para a definição de seus ambientes internos, para poderem sobreviver e crescer. Assim sendo, as constantes transformações econômicas, políticas e culturais tornam-se determinantes das novas posturas empresarias (SACHS E VIEIRA, 2007; ALIGLERI, ALIGLERI E KRUGLIANSKAS, 2009).

Análises consistentes sobre o papel das empresas na construção de uma sociedade menos desigual e na busca do desenvolvimento sustentável, muitas vezes bloqueado pela situação do país no ambiente de globalização, têm sido realizadas por Jeffrey Sachs (2005). O autor afirma que as grandes empresas possuem um papel relevante na construção do desenvolvimento sustentável, particularmente a partir de multinacionais que operam no ambiente de globalização, que considera favorável para a disseminação das medidas sociais.

As novas tecnologias que permitem combater a pobreza e melhorar as condições de saúde, alimentação e cultura dos indivíduos, são desenvolvidas por estas empresas, que definem seus objetivos a partir de programas de responsabilidade social, não como *marketing*, mas pensando nos consumidores do futuro, que serão dessa forma incluídos no mercado de bens e serviços, a partir da inclusão no mercado de trabalho.

O autor defende a idéia de que as empresas têm um papel social transformador na atitude dos indivíduos, tornando-os ainda consumidores melhor informados e exigentes quanto a produtos e serviços e, dessa forma, se convertem em cidadãos mais conscientes das necessidades de suas comunidades, passando conseqüentemente a reivindicar o cumprimento das responsabilidades das empresas para o seu desenvolvimento. Da mesma forma, a consciência sobre a degradação ambiental e dos recursos disponíveis para o aumento do bem-estar também está incluída entre as questões a serem disseminadas nas empresas e pelas empresas à sociedade. A noção de desenvolvimento sustentável implica então considerar e assumir novos padrões de competitividade e equidade, significando uma nova racionalidade pragmática de gestão, incluindo a incorporação no processo de desenvolvimento daquilo que é público e não somente estatal (TAVARES, 2005: p.125).

Recente pesquisa de Esty e Winston junto a grandes e médias empresas mostrou que as que usam “lentes ambientais” mostram indicadores de maior capacidade inovadora e empreendedora do que suas competidoras. Mostram a consciência de que as demandas dos consumidores apontam para empresas preocupadas com a preservação ambiental e outros fatores sociais. Estas demandas reformatam os mercados, criam novos riscos aos negócios e geram oportunidades para que as empresas que conseguirem responder mais rápida e positivamente a estes requisitos, adquiram vantagens competitivas. Estas vantagens advêm da consecução de maiores retornos, menores custos operacionais e ainda menores taxas em empréstimos bancários. Estas firmas auferem ainda de benefícios ao demonstrar uma cultura empresarial mais inovativa que salienta valores intangíveis, suscita credibilidade e confiança na marca (ESTY E WINSTON, 2006: 9).

Outra pesquisa de Reinhart, Stavins e Vietor (2008), questiona alguns aspectos específicos sobre a responsabilidade social das empresas. Primeiramente examina se deve perdurar a visão prevalecente no meio acadêmico de que os agentes das empresas têm o dever fiduciário de maximizar os lucros para seus acionistas. Concluem que, de maneira surpreendente, a base legal para esta visão não é muito forte, pois embora os arquivos judiciais contenham exemplos deste dever de maximização dos lucros dos acionistas, deixa lugar para a idéia de sacrifício dos lucros das firmas devido ao interesse público, desde que a firma permaneça compromissada também com os acionistas. No entanto, como conseqüência econômica, as firmas empenhadas na responsabilidade social têm custos adicionais e terão que elevar seus preços, reduzir salários e outros custos, aceitar margens de lucros menores ou pagar menores dividendos. Adicionalmente, a curto-prazo as conseqüências podem incluir a perda de parcela de mercado, crescentes custos de seguros e de empréstimos, além dos conflitos internos entre os demais agentes internos à empresa.

Os autores questionam se no processo de sobrevivência econômica, descrito pelos evolucionistas como sobrevivência dos mais fortes, as firmas escolheriam participar da responsabilidade social, com tais riscos. Destacam que as firmas que se engajam nessa participação são frequentemente ativas em mercados imperfeitos ou distorcidos pela regulamentação governamental, de modo que não se encaixam nas características imperativas descritas por Friedman.

No entanto, a evidência na atualidade é de que ainda falta efetivamente este interesse pelo engajamento social por parte das empresas, desde que a maior parte ainda detem uma visão mais tradicional e se dedicam mais limitadamente a atividades que beneficiam os interesses sociais do que às que contribuem para sua metas financeiras. Neste contexto, as

atividades de responsabilidade social deveriam ser vistas mais como um complemento da efetiva regulação governamental do que um substituto para esta (REINHART, STAVINS E VIETOR. 2008:29).

A nova visão sobre a relevância do capital social, introduzida nas análises sócio-econômicas da atualidade, como visto anteriormente, enfatiza a aplicabilidade destes conceitos não apenas através da intervenção estatal, mas também da atividade privada e particularmente empresarial, como subsídios ao desenvolvimento. A proposição é de que potencializando os elementos concretos e abstratos do capital social, é possível incrementar a participações dos agentes econômicos e sociais para a resolução de obstáculos que implicam em bloqueios ou retardamento da dinâmica do desenvolvimento (MIRANDA E MONZÓ, 2003). Os efeitos deste capital constituem externalidades positivas que podem ser incluídas entre as economias externas auferidas entre agentes econômicos; da mesma forma que a maior disponibilidade pode trazer vantagens a regiões e países, a carência pode ampliar as assimetrias de conhecimento, informação ou outras que acarretam disparidades de desenvolvimento. Dessa forma, o capital social pode ser utilizado pelo indivíduo ou pelo grupo, de forma estratégica para a acumulação de novos recursos produtivos ou outros tipos de capital (físico e financeiro), seja com reflexos positivo na eliminação das disparidades, seja de modo negativo marginalizando ou excluindo os menos dotados.

A relação direta entre o aumento do capital social e as ocupações e atividades empresariais é visualizada tendo em vista a materialização da idéia abstrata conceituada de cooperação, reciprocidade e confiança, através de serviços de assessoria de várias ordens. Estes serviços, a serem disponibilizados não só pela esfera pública, mas também pelas empresas privadas, referem-se a uma rede de instituições de pesquisa, planejamento, informação, educação, treinamento, comercialização, entre outros, que proporcione o manejo administrativo e de recursos, condições ambientais favoráveis, conhecimentos sobre aspectos legais, coordenação entre etapas de trabalho entre vários agentes, favorecimento de apoio a produção, distribuição e consumo de forma associativa. Os serviços de apoio ao fortalecimento do capital social incluem o apoio técnico à produção, aos vínculos entre os agentes produtores e consumidores, entre dirigentes e funcionários, à organização e planejamento das redes de assessoria.

Particularmente, pequenas e micro-empresas bem como trabalhadores autônomos se beneficiam dos serviços destinados ao aumento do capital social, embora as externalidades positivas resultantes sejam apropriadas também pelas médias e grandes empresas que já dispõem de uma rede organizada de apoio. A articulação sócio-econômica eficiente entre agentes internos e externos de uma sociedade também constitui um reflexo da disponibilidade do capital social.

As experiências realizadas em alguns países de fortalecimento do capital social por serviços públicos e privados, revelam que os resultados mais eficazes acontecem através da atuação no entorno local e regional especificamente, diretamente aos que usufruem da construção e gestão da infra-estrutura social, quando é assegurado que os benefícios dos programas cheguem efetivamente aos destinatários (MIRANDA E MONZÓ, 2003). Como salientam estas autoras, para a utilização do capital social como uma ferramenta para pensar e superar a pobreza faz-se necessária a politização da análise do contexto do capital social, a partir de uma abordagem em que atuam tanto os agentes fornecedores dos serviços quando os usuários destes serviços. A funcionalidade e a instrumentalização do capital social para os programas de desenvolvimento, deve passar pela articulação com os elementos políticos da sociedade, no sentido de superação dos conflitos e interesses individuais.

Esta politização implica no esforço do direcionamento das medidas de fomento ao capital social para que contribuam a uma maior integração social e não à exclusão e alheamento do indivíduo das correntes econômicas atuantes que tendem a perpetuar os

vínculos frágeis de alguns agentes com instituições normativas. As políticas públicas, neste sentido, atuam em uma interface ou área de intercâmbio, entre os agentes institucionais, organizacionais ou cívicos e a comunidade. Esta interface se dá entre quatro sistemas complexos, o da administração estatal, o do mercado, o dos partidos políticos e o das comunidades populacionais. Os intercâmbios de informação, serviços e bens ocorrem tanto nos ambientes mais favorecidos quando nos mais desfavorecidos e excluídos. Esta forma de visão propõe uma abordagem inovadora de ação pública e privada, de modo a propiciar um espaço de negociação em que cada ator desenvolva um potencial para melhor se situar na interface através das redes de apoio, capacidades de autogestão, contatos institucionais, sistemas de cooperação e práticas pessoais e partidárias.

O que se tem observado em países menos desenvolvidos, é que a atuação das políticas públicas nesta interface tem gerado uma dinâmica divergente entre os atores dos sistemas empresarial, comunitário e estatal, que vem gerando implicações negativas, como falta de sinergia, tecnocracia burocrática ineficiente, impossibilidade de competitividade no mercado, clientelismo partidário e exclusão.

Discussões recentes enfatizam a relevância do capital social dos países para a consecução do desenvolvimento econômico e nesse sentido, a materialização deste capital através de serviços públicos e privados representa um determinante básico para as condições de competitividade na atualidade. Por outro lado, estas condições são um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. Assim sua provisão adequada torna-se então um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias.

A responsabilidade social das empresas associada à busca do desenvolvimento sustentável de um país, assume múltiplas facetas, de acordo com o setor produtivo, o porte da empresas, e as demais características que fazem parte da diversidade tecnológica e cultural do ambiente empresarial. Envolve primeiramente a preocupação com o meio ambiente, expressa pela difusão da educação ambiental, pelo estímulo ao consumo consciente e pelo conhecimento dos danos potenciais dos produtos e serviços oferecidos, de modo concomitante com práticas de reciclagem, destinação de resíduos, e renovação da natureza diante do desgaste ambiental e dos recursos.

Por outro lado, o engajamento ético-social atua na relação com os trabalhadores e com a comunidade, na preocupação com estratégias de desenvolvimento local sustentável, por meio de investimentos privados na saúde, segurança, condições de trabalho, desenvolvimento profissional e empregabilidade da população. Paralelamente, as iniciativas de atuação na área social se dirigem ainda aos cuidados com a relação com os sindicatos e com o respeito ante os cumprimentos dos direitos, à parcerias com outras organizações públicas e privadas para a diminuição de desigualdades sociais. Essa preocupação, enquanto cultura organizacional, tende a se difundir por toda a cadeia produtiva, de fornecedores a consumidores.

3. Sobre o Desenvolvimento Econômico Sustentável

A inclusão de estratégias de responsabilidade social das empresas extrapola o simples compromisso com a regulamentação ambiental e adquire papel prioritário na elaboração de novas formas de consecução do desenvolvimento sócio-econômico. Salienta-se aqui a necessidade da integração entre as ações estratégicas de responsabilidade social das empresas e os requisitos de sustentabilidade do desenvolvimento sócio-econômico.

O conceito de desenvolvimento, que durante muito tempo foi entendido como a elevação do crescimento da produção para satisfazer as necessidades humanas, sofreu mudanças gradativas à medida da verificação de sua insuficiência para a explicação das

diferenças entre os reflexos deste crescimento no ambiente dos diferentes países. Uma modificação no entendimento do conceito salientava que a obtenção do desenvolvimento consistiria na aquisição de elevação do bem-estar da população dos países, através de reformas estruturais que permitissem a consecução do aumento do bem-estar populacional por meio do aumento da produção e do consumo global. Nesse sentido, a correlação entre aumento do consumo e maior avanço ainda tem sido usualmente o indicador para a avaliação do desenvolvimento (KON, 2000).

A busca da evolução do progresso técnico no decorrer da evolução sócio-econômica das nações, se configura como o elemento chave que impulsiona as economias, na busca da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades, desde que acarreta o aumento do produto gerado por trabalhador ou o aumento na relação produto/insumos. Nesse sentido, o desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de gestão organizacional tem sido, durante a evolução das sociedades, um agente relevante que conduz à expansão das oportunidades de combinações de recursos materiais e humanos disponíveis. A inovação da tecnologia e da gestão, portanto, decorrem da necessidade de aumento da produtividade e da eficiência no uso dos recursos, e como conseqüência são observados reflexos consideráveis no caráter e na natureza do trabalho humano.

No entanto, a partir da elevação da velocidade e da intensificação da mudança tecnológica e organizacional, o aumento da competitividade internacional das empresas, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, conduziu muitos países à degradação ambiental crescente, através do esgotamento de recursos naturais utilizados de forma a desperdícios não planejados e da falta de cuidado com as formas de despejos ou aproveitamento de resíduos. Como já salientado, este modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, ao observar-se, de um lado, riqueza e fartura no mundo com padrões de períodos anteriores bem sucedidos da história mundial e, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição que aumentam diária e continuamente.

Estas constatações levaram à polêmica sobre os limites ao crescimento mundial, como preconizavam os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, particularmente sob a liderança das idéias do Clube de Roma, criado em 1968, congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais de vários países. Esta reunião teve a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, o “sistema global”. O arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma salientava que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica. Como proposta para as conclusões que apontavam o horizonte do colapso do sistema, organizavam-se recomendações em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Preconizavam medidas efetivas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa economia de serviços, criando a “ecodiplomacia”, novo campo da política internacional (MEADOWS, RANDERS E MEADOW, 2004). A observação das limitações ecológicas do planeta levou à consciência da necessidade da continuidade do aumento da produção e do consumo sem a destruição do ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, através da melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência.

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado de modo a incorporar o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Esse conceito foi definido durante a elaboração do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) da ONU em 1987 e tem como base o tripé atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

As idéias de Amartya Sen tiveram grande influência para a elaboração dos conceitos, cálculos e classificações da nova visão de desenvolvimento, bem como nas análises comparativas entre países. Já em 1988, Sen (1999) chamava a atenção para o distanciamento que tem havido entre a economia e a ética, retratando deficiências na teoria econômica não apenas clássica e marginalista, mas também na contemporânea, que acabam ainda por desvirtuar efetivamente a noção de desenvolvimento na atualidade. Salienta a centralização do auto-interesse na racionalidade do comportamento humano na ação econômica, mas que, no entanto, não necessariamente conduz de modo efetivo à melhoria das condições de bem-estar econômico. O autor distingue outros elementos de justiça distributiva como contribuintes para a eficiência da ação de indivíduos e empresas, na complementação dos requisitos para o desenvolvimento buscado. Este deve resultar da interação e interdependência entre as teorias da economia e da ética.

A idéia mais clara de desenvolvimento de Sen é encontrada em sua obra “O desenvolvimento como liberdade” (2000). Suas novas concepções sobre desenvolvimento levaram órgãos como Banco Mundial a repensar suas políticas de apoio ao desenvolvimento em todo mundo, que passaram a focar a atenção mais efetiva nas estatísticas sociais além das de crescimento econômico e renda. A idéia básica de que crescimento sem desenvolvimento social não se reflete em desenvolvimento real, começou a ser discutida de acordo com a afirmação de Sen de que a desigualdade não surge apenas como resultado do processo de acumulação de capital, nem tampouco está relacionada a esse contexto. A concepção de desigualdade do autor ressalta a desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado, na ausência de condições iguais básicas de acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentos, entre outros. Apenas a consecução dessas liberdades é capaz de dar às pessoas sua condição de “agentes” no contexto do desenvolvimento capitalista (SEN, 2000:333-334).

A obra de Sen traz a preocupação com a pobreza e a desigualdade, como condutores do desenvolvimento das nações em várias direções. A possibilidade dos indivíduos possuírem as liberdades enfatizadas os leva à noção de que produzem “capacidades” que definem comportamentos alternativos ao auto-interesse na teoria econômica. A possibilidade destes comportamentos alternativos, não apenas em termos pessoais, mas também empresariais, tem um caráter produtivo, segundo o autor, desde que o “sistema global” da Economia teria muito a ganhar se suplementasse o comportamento auto-interessado com outras motivações como, por exemplo, se incorporasse uma noção de bem-estar mais abrangente que o consumo pessoal, o que significa um comportamento não estritamente orientado por objetivos guiados pelas regras convencionais vigentes. O comportamento auto-interessado restritivo estaria afetando não apenas a relevância da teoria econômica positiva como também a de seu afluente normativo, a economia do bem-estar.

Dessa forma, a nova idéia de Sen conclui que a promoção da igualdade de condições mínimas de existência, visando livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, são elementos básicos centrais para a transformação das pessoas em agentes em condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados e assim garantir o desenvolvimento: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000: 10).

Isso significa dizer que quem é responsável e tem o poder sobre a riqueza, não é o indivíduo isolado, mas o capital produtor dessa riqueza. O indivíduo isolado poderia, quando muito, tornar-se representante desse capital, se for aceito e contratado para tal. Porém o capitalismo não é um modo de produção baseado no trabalho próprio, individual, mas na compra do trabalho alheio. E isso ganha força quanto mais se desenvolve o sistema capitalista no sentido de sua concentração e centralização materializada nas grandes empresas globais, o

que está muito longe do produtor individual isolado. É nesse contexto que o papel das empresas se torna relevante e imprescindível para a efetivação das liberdades em complementação à função governamental.

Com a difusão das idéias de Sen sobre desenvolvimento, a denominada “ecodiplomacia” passou por uma segunda etapa que culminou nos debates e conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que vinculou meio ambiente e desenvolvimento. A partir destes debates foi amadurecido e estruturado o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a expressar a efetivação das estratégias econômicas e sociais destinadas a promover o crescimento da riqueza e a melhoria das condições de vida através de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais, conciliando-os ainda, com a diminuição da pobreza e da má distribuição de recursos no mundo. Além do mais, disseminou-se a consciência de que a avaliação e a atuação sobre os problemas ambientais necessitavam ser globais. (KON, 2006).

De modo concomitante desenvolveu-se a constatação de que o enfrentamento destas questões requer ações locais específicas. Com este objetivo foi criada a instituições do *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI), em reunião na sede da ONU em 1990 e no Brasil, a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA) nos finais dos anos 1980 (SOBRAL, 2003: 141).

Apesar da ampliação da conscientização sobre estas questões que surgiu durante os anos 1980e 1990, o contexto socioeconômico e ambiental do mundo é hoje alarmante, particularmente após a crise financeira internacional de 2008, que eliminou recursos financeiros de países de todos os níveis de desenvolvimento. De um lado, porque é muito considerável a defasagem de possibilidades entre países, o que gera a iniquidade e diferenciação entre classes sociais e grupos étnicos, de modo que os conflitos sociais permanecem intransponíveis em regiões com piores condições estruturais. De outro, porque a consciência sobre a crise ambiental não conseguiu se converter em ações políticas que hajam tido algum êxito mais efetivo em amplitude global.

As diferenças mundiais nesta forma de desenvolvimento observadas no âmbito econômico exclusivo, advêm do fato de que a competitividade tecnológica implica em custos elevados na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, na sofisticação no atendimento da demanda e na provisão de assistência técnica. As empresas se reestruturam geograficamente, no sentido da competição a nível mundial, procurando as vantagens comparativas de cada país. Dessa forma, a pesquisa tecnológica e científica em geral, tem um papel primordial na busca do desenvolvimento sustentável, desde que deve incluir a melhora da compreensão em áreas tais como mudança do clima, aumento da taxa de consumo de recursos, tendências demográficas e degradação do meio ambiente. bem como da interdependência dos ciclos hidrológicos, nutritivos e bioquímicos e das trocas de energia, que fazem parte do sistema terrestre. A aplicação dos conhecimentos científicos é imprescindível para articular e apoiar as metas de desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação científica da situação atual e das perspectivas futuras do sistema; este conhecimento fundamenta a criação de inovações atuais e futuras nas ciências, que objetivam facilitar os processos de tomada de decisões. Um caminho para a melhora da base científica dessas estratégias é uma melhor compreensão sobre os recursos naturais representados pela terra, oceanos, atmosfera,

Do ponto de vista do consumo, a mundialização acarretou no desenvolvimento de semelhanças nas estruturas de demanda e, portanto, certa homogeneidade da estrutura de oferta dos vários países, o que possibilita ganhos de escala, uniformização de técnicas produtivas e administrativas e redução do ciclo do produto. Concomitantemente, a competição

entre empresas se volta não apenas para o produto, mas principalmente para a tecnologia dos processos produtivos.

O consumo ocasiona impactos sócio-econômicos e ambientais nas entrelinhas do crescimento que proporciona, embora se constitua como fato social e funcione como um sistema de comunicação que emite sinais sobre culturas e sociedades. Porém grande parte destes impactos, passam despercebidos todos os dias, assumindo a característica de uma espécie de consumo invisível, necessário à profusão dos bens e serviços rotineiros, como por exemplo o consumo de água, energia, lixo e combustíveis fósseis, embutido e raramente contabilizado na produção dos ícones da cultura de consumo. É possível, no entanto, observar-se os impactos desta cultura, na sua articulação invisível com a pobreza (LUCAS, 2006a: 73 e 2006b).

Dessa forma, o consumo pode ser observado do ponto de vista das famílias e das empresas. O foco nas famílias é observado em algumas pesquisas através de quatro categorias que são as principais responsáveis pelos efeitos crescentes da degradação ambiental: consumo de alimentação, moradia, transportes e turismo. Como contrapartida o consumo das empresas na utilização de insumos para o processo produtivo diz respeito principalmente às possibilidades de esgotamento de recursos naturais e energéticos, adicionalmente à degradação ambiental por externalidades negativas, criadas pela eliminação indiscriminada e não reciclagem de resíduos.

A obtenção de padrões sustentáveis de consumo e produção é o desafio e a polêmica atual que envolve agentes sócio-econômicos públicos e privados do mundo como um todo. Consumo sustentável significa o uso de bens e serviços que respondem às necessidades básicas de bem-estar das famílias e de insumos produtivos, minimizando o uso de recursos naturais, materiais tóxicos e emissões de resíduos e poluentes, de modo a não ameaçar as necessidades de futuras gerações.

Uma discussão recente que envolve a busca dos estímulos ao desenvolvimento sócio-econômico, refere-se à importância do capital social como base para o ambiente favorável a este processo e particularmente para a consecução da sustentabilidade deste desenvolvimento. As análises mais recentes concluem que as condições descritas nos modelos econômicos neoclássicos de desenvolvimento (alocação eficiente dos recursos), keynesianos e kaleckianos (relevância da demanda efetiva) ou schumpeterianos (dinamismo da oferta, da introdução da inovação tecnológica, ou da organização interna das firmas para o aumento da competitividade e geração de expansão comercial), não são suficientes para explicar a continuidade do processo e do ritmo de crescimento dos países.

A abordagem do desenvolvimento sustentável na atualidade assume várias dimensões – sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial ou territorial, cultural e política – que requerem a conjugação de envolvimento ético e de ações efetivas de atores públicos e privados, como definidas por Sachs (1993):

- a *sustentabilidade ecológica* refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas. Visa a preservação dos recursos naturais na produção, de recursos renováveis e a limitação de uso dos recursos não-renováveis; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras.
- a *sustentabilidade econômica* refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macro sociais. se volta para a eficácia econômica avaliada em termos macro-sociais e não apenas na lucratividade empresarial,

desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

- *sustentabilidade social* refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.: abrange a necessidade de recursos materiais e não-materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições da população, reduzindo-se o índice de GINI, ampliando-se a homogeneidade social; a possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- *sustentabilidade espacial ou territorial* busca de equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas; melhorias no ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis a fim de garantir a conservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento
- *sustentabilidade cultural* diz respeito à cultura de cada local; garantindo continuidade e equilíbrio entre a tradição e a inovação.
- *sustentabilidade política* refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. No âmbito nacional baseia-se na democracia, apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com empreendedores e em coesão social. No aspecto internacional tem sua eficácia na prevenção de guerras, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional e na aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção da biodiversidade e da diversidade cultural; gestão do patrimônio global como herança da humanidade; cooperação científica e tecnológica internacional.
- Por fim, a dimensão psicológica é incorporada ao estudo devido a relacionar o ser humano às dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas.

A partir da observação das condições de desenvolvimento de países mais avançados constatou-se uma série de condicionantes inerentes aos ambientes sócio-econômicos na atualidade, dizem respeito à disponibilidade do denominado capital social para a concretização dos objetivos de crescimento, cuja relevância vem sendo discutida com a finalidade de fornecer subsídios às políticas públicas de desenvolvimento aos países menos avançados. As definições e nuances do conceito e da aplicação do capital social passam por um amplo contexto de interpretações. Bourdieu (1985) define este capital como um conjunto de recursos reais ou potenciais de um país, à disposição dos integrantes de uma rede durável de interrelações mais ou menos institucionalizadas. Coleman (1990) o interpreta como sendo parte dos recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações comuns dos que constituem esta estrutura. Por outro lado, Putnam (1993) salienta os aspectos das organizações sociais, entre as quais as normas coletivas, as redes e o espírito de confiança que contribuem para facilitar a cooperação no sentido de proporcionar ações de benefício mútuo. Para este autor, o capital social incrementa os resultados do investimento em capital físico e humano.

As principais instituições internacionais de fomento têm considerado em suas decisões de auxílio, os reflexos de investimentos no capital social dos países em desenvolvimento. Dessa forma, estudos para o Banco Mundial de Woolcock (1998) e Dasgupta (1998)

ressaltam a importância de estimular o investimento a nível micro e macro, na capacidade organizativa através de instituições, relações, atitudes e valores que determinam a interação inter-pessoal e facilitam o desenvolvimento econômico e a equidade social. Em suas análises, o Banco distingue entre capital natural do país (recursos naturais), capital construído gerado pelo ser humano (infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial, etc.), capital humano (graus de nutrição, saúde, educação da população) e capital social (instituições, relações e normas das inter-relações sociais da sociedade).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (KLIGSBERG, 2000), mostra a relevância do capital social, conceituando-o como incluindo normas e redes que facilitam a ação coletiva e contribuem para o benefício comum. Propõem o estímulo à análise e discussão dos desafios do desenvolvimento de cada país, através da formação de redes de centros de pesquisa acadêmica, empresarial e outros, para gerar e difundir o conhecimento através de meios de comunicação em massa, além de promover uma integração de programas sistemáticos de ensino que favoreçam o capital social.

Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (LECHNER, 2000), estimula a ampliação de programas que fomentem relações informais de confiança e cooperação (entre famílias e colegas), a associatividade formal em organizações de diversos tipos e uma rede institucional normativa que fomente estas relações. Nesse sentido, a dinâmica das empresas privadas no caminho do desenvolvimento sustentável, envolve a participação na formação do capital social, de forma conjunta com a ação pública.

4. A dinâmica das empresas no caminho do desenvolvimento

No caminho do desenvolvimento tecnológico e do processo de globalização econômica, intensificado na atualidade, novas formas de competição entre empresas e sistemas econômicos se moldam e se fazem sentir em diversas áreas. Observa-se inicialmente uma integração financeira internacional com aumento do volume e da velocidade de circulação dos recursos disponíveis. Do ponto de vista comercial, a globalização acarreta no desenvolvimento de semelhanças nas estruturas de demanda e homogeneidade da estrutura de oferta dos vários países, e a competição entre empresas se volta não apenas para o produto mas principalmente para a tecnologia dos processos produtivos, como salientado anteriormente. A competitividade tecnológica implica então em custos elevados na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, na sofisticação no atendimento da demanda e na provisão de assistência técnica. As empresas se reestruturam geograficamente, no sentido da competição a nível mundial, procurando as vantagens comparativas de cada país.

Como observam vários autores, do ponto de vista da administração destas relações globalizadas as ações também assumem características globais de modo a se adequarem a esta dinâmica. Na prática as oportunidades e problemas a serem gerenciado também requerem uma visão de tomadas de decisão e de soluções mundializadas, em conformidade com os aspectos políticos e econômicos da globalização, de uma forma sistêmica. Este enfoque sistêmico exige uma nova forma de pensar pelos agentes produtivos, acompanhando a visão de mundo que trata com unicidade o próprio ambiente que cerca os indivíduos e os demais ambientes mundiais. As pressões geradas pela tomada de consciência dos consumidores sobre a questão ambiental, que de forma sistêmica se alia ao acirramento da concorrência econômica, leva à necessidade de uma gestão empresarial mais ágil, mais flexível e eficiente, ao lado da redução de custos (PELIANO, 2000; SACHS, 2007; ALIGLERI, ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

As relações das empresas neste contexto, tendem a adquirir um contexto mundial de relações virtuais, onde a troca de informações ocorre em tempo real, possibilitando respostas mais rápidas às oportunidades do mercado e ao seu compartilhamento. A gestão das empresas

através destas novas relações virtuais, somam capacidades e conhecimento, bem como o desenvolvimento de trabalho conjunto entre várias empresas, como uma aliança estratégica para a sobrevivência e o crescimento.

Por outro lado, os processos produtivos estimulam a concentração de capital e de mercados, e a consolidação de oligopólios. No entanto, muitas vezes estas estruturas de mercado se revestem de rigidez excessiva ante os novos paradigmas baseados em flexibilidade produtiva e distributiva. Nestas condições, a oferta de produtos é interligada em âmbito mundial, através da crescente cooperação entre empresas, que entram em acordos quanto à divisão de mercado, troca de conhecimentos tecnológicos, compartilhando muitas vezes riscos e custos financeiros. O aumento do número de fusões a nível mundial leva à evidência do crescimento da atuação das empresas transnacionais, que no entanto se concentram regionalmente, no sentido do atendimento dos grandes blocos econômicos que se desenvolveram (KON, 2000).

O processo de multinacionalização das empresas, se verificava inicialmente pela busca de investimentos diretos em regiões mundiais onde as vantagens de uma mão-de-obra mais barata, embora não consideravelmente qualificada, atraíam empresas para nações menos desenvolvidas. A reestruturação da divisão internacional do trabalho neste período, beneficiou grande parte de países menos desenvolvidos, desde que os investimentos diretos das multinacionais neste países, trouxeram consigo oportunidades de emprego e de ampliação da renda pessoal. Paralelamente, a difusão de conhecimentos tecnológicos tanto entre os níveis gerenciais quanto hierarquicamente inferiores de trabalhadores das empresas, que se iniciava nestas empresas, se expandiu para outras empresas nacionais destas economias, como alternativa de competitividade.

O novo paradigma de flexibilização produtiva, visou integrar o trabalhador a todos os aspectos do processo de produção, incorporando a inteligência do homem à automação e à robótica. A competitividade entre empresas se dá não mais apenas pela busca de economias de escala e do crescimento do tamanho das instalações, mas por meio da produção voltada para encomendas específicas, por empresas de menor tamanho, que dessa forma se mostram mais capacitadas para a agilização e flexibilização da produção, porém com menor capacidade de absorção de trabalhadores. A organização do processo de trabalho e as relações industriais ficam dependentes da capacidade da mão-de-obra demonstrar padrões de flexibilidade que se ajustem a essa nova filosofia, não apenas no que se refere à capacidade para assumir tarefas variadas, como também à possibilidade de em curto prazo submeter-se a treinamento e reciclagem permanentes (KON, 2000).

A intensificação dos investimentos produtivos privados acabou se concentrando em territórios econômicos mundiais já avançados, que vencem a concorrência pela importação dos capitais transnacionais destinados a inversões mais rentáveis, aumentando a desvantagem econômica dos países emergentes. O crescente excedente de trabalhadores gerado pelo desenvolvimento tecnológico, particularmente pela informatização das atividades, que acarreta taxas consideráveis de desemprego tanto em países avançados como menos desenvolvidos, resulta cada vez mais da forma pela qual a globalização se intensifica. A internacionalização das atividades se amolda às vantagens comparativas dos diversos países com relação à composição e qualidade de sua força de trabalho e da infra-estrutura ligada à economia de informação.

Neste contexto, a sustentabilidade do desenvolvimento tem sido tema das reuniões dos conselhos administrativos das empresas que visualizam o importante papel do veto do consumidor e dos acionistas em relação ao descaso das empresas com as questões sociais (ESTY E WINSTON, 2006). Bancos, financeiras e seguradoras mundiais estão se empenhando em se tornarem “sustentáveis”, adotando novas regras para assumirem o financiamento da promoção de atividades que protejam o meio ambiente. Desde 2002, o

Banco Mundial através de sua instituição denominada Cooperação Financeira Internacional (IFC), estabeleceu um conjunto de regras sócio-ambientais para nortear os critérios de financiamentos, conhecidos como “Princípios do Equador”. Em 2006, foi lançada nova versão destes Princípios, revista em 2010, que prevê critérios mais rigorosos, principalmente na análise da população atingida pelo projeto financiado. A partir disto, todo projeto deve ter classificação de acordo com seu nível de risco sócio-ambiental. Para os projetos de alto risco, devem ser exigidos planos de ação que minimizem os impactos oriundos desses riscos (IPEA, 2001).

A aplicação dos critérios é baseada no estabelecimento de uma avaliação sócio-ambiental, feito pelas instituições financeiras, que classifica os projetos como: A (alto risco), B (médio risco) ou C (baixo risco). A dotação de crédito aos projetos apresentados pelas empresas será decidida através da análise de informações como o risco ambiental, proteção à biodiversidade e uso de energia renováveis; proteção à saúde e à diversidade cultural e étnica; adoção de sistemas de saúde e segurança ocupacional e prevenção contra incêndios; avaliação de impactos socioeconômicos; eficiência na produção, distribuição e consumo de recursos hídricos e energia; mecanismos de prevenção e controle de poluição; entre outras, para serem avaliadas pela instituição financeira.

Em 2011 a Associação das empresas envolvidas com os Princípios do Equador iniciou a elaboração do processo de Revisão Estratégica, com o objetivo de desenvolver uma visão estratégica para os cinco anos seguintes, no sentido de assegurar que os Princípios continuem, a ser um padrão para a implementação do gerenciamento do risco ambiental e social no setor financeiro. A revisão periódica é vista como necessária, devido ao aumento das empresas associadas, à medida que a idéia dos Princípios vem se expandindo mundialmente diante da conscientização de sua relevância e da necessidade de mudanças nos mercados financeiros mundiais, para o atendimento da situação de crise mundial.

Neste contexto, as economias de distintos níveis de desenvolvimento, são levadas a se engajarem nas regras do IFC, particularmente por estarem passando por processos diferenciados de mudanças qualitativas e quantitativas na sua estruturação produtiva, segundo as condições específicas de sua força de trabalho, que permitam ou não o ajustamento mais dinâmico ao cenário da globalização. No que se refere aos países em desenvolvimento, as consequências do processo de globalização são objeto de polêmica entre os especialistas. Tendo em vista a possibilidade dos produtores de fragmentar a cadeia produtiva internacionalmente e dessa forma gerar partes do valor adicionado pela produção em vários espaços mundiais, introduziu um novo aspecto ao processo de internacionalização de capital, em que as regiões geograficamente dispersas que tiverem capacidade de participarem do processo produtivo terão ganhos relativos.

Alguns estudiosos consideram o processo como uma possibilidade destes países melhorarem suas perspectivas de se aproximarem, em termos de níveis de desenvolvimento econômico, dos países mais avançados. Argumentam que dependendo das políticas econômicas relacionadas à abertura comercial e financeira, a globalização pode aumentar os fluxos de capital e de tecnologia que, por um lado, poderão gerar uma taxa mais elevada de crescimento da renda do que aconteceria em uma economia menos integrada mundialmente, e por outro lado possibilita a inclusão destas economias no processo produtivo transnacionalizado (LUETTE, 2007; SACHS e VIEIRA, 2007 e ALIGLERI, ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

No entanto, a observação da realidade dos países emergentes aponta para as dificuldades de acesso aos benefícios da mundialização. A condição necessária de sucesso advindo da globalização, para estas economias, reside na possibilidade de pertencer a esquemas de integração regional institucionalizada, ou seja, de ter acesso a blocos econômicos mais avançados, cujos países usufruem conjuntamente os benefícios da

internacionalização do capital. Aos países não integrados nestes esquemas restaria uma situação de exclusão dos benefícios, num processo que seria definido por Gunnar Myrdal como de “acumulação circular negativa”, associada a crescentes problemas sociais. Por outro lado, a baixa possibilidade de cooperação tecnológica inter-firmas, entre países desenvolvidos e emergentes, leva a uma situação de atraso tecnológico para estes últimos (GUNDLACH e NUNNENKAMP, 1996).

Com a aceleração da globalização, a política econômica de cada país passa a ser grandemente condicionada por fatores externos, visando atender aos objetivos da competitividade internacional e da participação ativa no processo de interrelação mundial. Em cada economia nacional, a velocidade da internacionalização das atividades, em grande parte, é influenciada pelas políticas públicas internas compatíveis com os requisitos do aumento dos fluxos entre países. A adoção de programas de estabilização, reformas estruturais liberalizantes, baseadas em descentralização fiscal, desregulação financeira, liberalização comercial, privatização e reformas tributárias, contribuiu para a aceleração e estruturação do processo de globalização econômica (IPEA, 2001).

A necessidade de integração no processo de globalização não coloca aos países em desenvolvimento outras alternativas de políticas governamentais, a não ser perseguir a estabilidade macroeconômica, muitas vezes às custas de impactos sociais negativos. Sem poupança interna suficiente para investimentos satisfatórios em capital humano, físico e social e para desenvolver a infra-estrutura compatível com as necessidades de competitividade internacional estes países ficam sujeitos à vinda de investimentos externos, sejam financeiros para equilibrar a Balança de Pagamentos, sejam produtivos diretos para a composição do capital físico e social.

Segundo relatório da Associação Internacional para Esforços Voluntários (IAVE, 2011), que congrega empresas empenhadas em responsabilidade social, existe um grande espectro de empresas globais que fazem esforços sociais consistentes que permeiam seus sistemas empresariais e voltam-se para os consumidores, bem como empresas que prestam serviços a outras empresas. Em quase todas as indústrias mundiais que atuam e todas as regiões do mundo são constatadas estas ações, particularmente nos setores financeiro, seguros, tecnologia, hotéis, manufatura, mineração, varejo, farmacêuticos, logística, consultoria, direito, entre outras. No entanto, neste contexto globalizado, há diferenças regionais e culturais consideráveis nas idéias sobre os valores das pessoas, e ainda, em alguns países, um setor do empresariado social forte, atuando em parceria ou em oposição ao governo, é considerado como um elemento essencial da sociedade, enquanto que em outros países, é esperado que o governo seja o provedor e a garantia do bem-estar público e nesse sentido, é diminuto o espaço para o empresariado nos serviços de responsabilidade social.

As empresas e os governos precisam entender essas diferenças por que a forma pela qual as políticas e ações públicas são realizadas em um contexto nacional pode não ser apropriada em outras regiões do mundo, muitas vezes por razão de valores culturais específicos arraigados. Existem diferentes valores com implicações delicadas no que se refere a imagens, elementos gráficos, uso de cores, bem como na forma como as pessoas se comunicam, falam, interagem e se apóiam, diferenças estas que requerem a adaptação das empresas e das políticas públicas para a adaptação a valores, costumes e expectativas locais (IAVE, 2011).

A participação empresarial evoluiu a partir de suas relações com a comunidade, transformando-se em uma ferramenta de gestão da cultura corporativa, do engajamento de empregados, da gestão de marcas e nas relações externas, incluindo as parcerias com outras empresas, como uma forma de fortalecer as relações da empresa com a sua cadeia de fornecedores, com os clientes e os parceiros empresariais estratégicos. Muitas destas empresas estão buscando parcerias de “transformação” com ONGs globais já estruturadas que

apresentam afinidades com as áreas focais da empresa, com a finalidade de nortear e apoiar o engajamento voluntário e que tragam conhecimentos especializados sobre as necessidades, a cultura local, novas oportunidades e mesmo o gerenciamento terceirizado de programas, bem como os papéis aceitáveis para o voluntariado, como são denominadas as empresas e os funcionários dedicados à ação social efetiva.

As diferenças entre as empresas se referem a filosofias e processos de engajamento em investimentos sociais. Os programas colocados em práticas por estas empresas também seguem caminhos específicos, alguns são mais orientados para atividades e impacto externos e outros para o universo interno, buscando melhorar o grau de qualidade da experiência dos voluntários e o benefício para a empresa, como (IAVE, 2011):

- ajuda comercial, visando agregar valor para a empresa;
- assistência social, com apoio social de várias ordens (saúde, acesso a bens) aos indivíduos;
- desenvolvimento social, preparando o esquema para a mudança de sistemas de informações, operacionais e outros;
- modelos de desenvolvimento humano, visando fortalecer a formação do capital humano;

Por sua vez, o denominado Voluntariado Baseado em Habilidades (*Skill-Based Volunteerism SBV*) e o voluntariado internacional dirigido à ação em outros países, utilizam as habilidades profissionais e pessoais e embora antigos estes programas tem evoluído, nos últimos anos, como uma forma de fortalecer as capacidades inerentes às firmas bem como o impacto destas empresas sobre as transformações que levam ao desenvolvimento sócio-econômico. Os programas postos em prática mostram a tendência de combinar os interesses comerciais e a cultura corporativa das empresas com as habilidades específicas dos empregados, com uma ligação com as estratégias das empresas no que se refere ao desenvolvimento de liderança e talentos.

A parceria com as ONGs tem aumentado na medida em que estas possuem conhecimentos especializados capazes de ajudar o envolvimento empresarial e além de incluir oportunidades para o exercício das habilidades pessoais e profissionais das empresas, transmitem modelos de mensuração do impacto do trabalho social que, como visto, fornece subsídios à formulação de políticas privadas e públicas..

A pesquisa da IAVE relata exemplos da utilização da tecnologia inovadora para apoiar a prática do voluntariado empresarial, que pode variar em uma gama de utilização rotineira e limitada da tecnologia, até relações de *mentoring* e tutoria a projetos de maior escala e projetos à distância baseados em habilidades específicas. Existem vários exemplos de empresas que estão desenvolvendo novas ferramentas *on-line* para apoiar a atuação de seus empregados nos projetos sociais, disponibilizando materiais e redes sociais para troca de experiências e idéias, para atender às necessidades das empresas..

5. A responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento econômico brasileiro: subsídios às políticas públicas

A inclusão gradativa na sociedade e nas empresas brasileiras da idéia de Responsabilidade Social, já vem sendo ampliada nesse início deste século. Parcela do empresariado e de outras instituições privadas, como do ensino, vem tomando consciência sobre a necessidade de uma postura que se contraponha à cultura de gestão organizacional centrada apenas na maximização do lucro dos acionistas. Este novo enfoque social é retratado na busca pelas empresas privadas de informações e participação em fóruns de discussão, com

o intuito de compreender e incorporar o conceito de responsabilidade social, para a implementação de políticas e práticas que atendam a critérios éticos.

Com a intensificação, na década de 1980, do debate internacional sobre a relativa incapacidade do Estado de atender a todas as demandas sociais bem como a necessidade de fortalecimento da sociedade civil, foram formados dois grupos informais de empresas brasileiras, o GIFE em 1989 e o ETHOS em 1998, para a discussão deste tema.. Iniciaram um movimento para o debate da questão do papel das empresas privadas em relação à responsabilidade pelo desenvolvimento social do país bem como a forma de contribuição efetiva e empírica para esse objetivo. Neste período crescia a consciência do empresariado sobre a necessidade de promover transformações sociais, muito além do assistencialismo. Apenas em 1995 o grupo iniciante organizou oficialmente a instituição do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) composto por 25 organizações, que nos anos seguintes veio se desenvolvendo e tornou-se referência no Brasil sobre investimento social privado. Em 2010 a Rede GIFE reunia 134 associados que conjuntamente investiam por volta de R\$ 2 bilhões por ano na área social. A rede GIFE assim formada, sem fins lucrativos, passou a reunir organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública, com a missão de:

“ (...) aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados. Além disso, o GIFE também organiza cursos, publicações, pesquisas, congressos, Grupos de Afinidade, Painéis Temáticos, Debates e outros eventos (GIFE, 2010: p. 8)

Por sua vez, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social formou-se como uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como organização da sociedade civil de interesse público, tendo como missão: “*mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.*” (ETHOS, 2011). Agrega um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, que trocam conhecimentos e experiência, desenvolvendo de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

A partir destas iniciativas, ação social das empresas no Brasil foi objeto de estudo, tendo como investigação inédita pesquisa do IPEA em 2001, enfocando empresas privadas de todos os portes, cujos resultados mostraram investimentos não desprezíveis por algumas grandes empresas. Estes resultados que englobam 67% das empresas na região Sudeste, 46% das empresas no Sul e 55% do Nordeste, representavam respectivamente nestas regiões 30%, 7% e 4% do gasto social federal. Estas pesquisas tiveram foco nas ações sociais das empresas direcionadas a *stakeholders*, representados pela comunidade e empregados, porém mostraram que grande maioria das empresas pesquisadas ainda não dispunha de um sistema de informações que avaliasse o impacto de suas ações sociais e nesse sentido, suas ações poderiam acarretar desperdício de recursos e conseqüente redução na eficiência e eficácia. (PELIANO, 2000; IPEA, 2001; COUTINHO E MACEDO-SOARES, 2002).

Investigação recente da Ethos mostrou que em 2006, entre estas empresas interessadas em investimentos em responsabilidade social, em torno de 34,4% eram empresas de grande porte, 28% pequenas, 19,1% microempresas e 18,5% eram de médio porte. Observe-se que apesar de lenta evolução, da consciência sobre a questão, já neste período um grupo representativo de empresas acreditam que a responsabilidade social não é apenas do governo (em troca do pagamento de impostos), do indivíduo, da comunidade, da congregação e das

ONGs, mas que cabe também às empresas, ainda que parte delas considere que a agenda social deve ser estabelecida por executivos e empresários, sob critérios empresariais de retorno de investimento.

A partir de resultados da pesquisa, Stephen Kanitz salienta que as 500 maiores empresas brasileiras doaram em 2006 aproximadamente 300 milhões de dólares para entidades beneficentes. Acrescenta que além de ser uma quantia irrisória para os padrões internacionais, a maioria delas o faz de forma totalmente aleatória, como estratégia filantrópica e sem outros objetivos de adequação a estratégias de desenvolvimento sócio-econômicos definidos (ETHOS, 2006).

Entre as atividades financeiras mundiais, a consciência de que a gestão da responsabilidade social deve ser incorporada não apenas no discurso, mas sim na prática da cultura organizacional, veio se difundindo. Este movimento pode ser visualizado a partir de pesquisa da Ethos que mostra que já em 2006, 27 instituições financeiras mundiais – entre as quais quatro grupos brasileiros – aderiram aos “Princípios do Equador”, adotando a idéia do IFC de que aderir a esses princípios deixou de ser um custo para se tornar uma vantagem comparativa.

Outra pesquisa realizada pelo IPEA em 2006, Pesquisa Ação Social das Empresas (Pase) coordenada por Anna Peliano, revelou que das empresas privadas brasileiras cerca de 69% realizam ações sociais em benefício da comunidade, que correspondem a aproximadamente 600 mil empresas, que em 2004 haviam aplicado R\$ 4,7 Bilhões (0,27% do PIB) em ações sociais. Entre 2002 e 2006, foi observado um crescimento de 10% no número destas empresas. No entanto, o comportamento empresarial tradicional do país no que se relaciona à responsabilidade social é mais voltado para a filantropia e ainda não visualizam de forma adequada a relação de seus investimentos sociais com os impactos sobre o desenvolvimento econômico. Mas a pesquisa registra também que à medida que a participação social evolui, ela é incorporada aos valores da empresa e partilhada com os trabalhadores, passando a fazer parte da missão institucional e as empresas mais comprometidas adotam uma participação proativa, apóiam projetos melhor estruturados, e buscam uma relação de parceria com seu público-alvo (IPEA, 2006).

As empresas relatam como dificuldades para o investimento em ações sociais, primeiramente questões financeiras, ou seja, 62% alegam que o maior empecilho para estas ações é a falta de recursos, desde que há ausência de incentivos governamentais (11%), mas por outro lado a pesquisa mostra também que o investimento social privado é pouco influenciado pela política de benefícios tributários, uma vez que apenas 2% das empresas que atuaram na área social fizeram uso de incentivos fiscais e 40% disseram que o valor do incentivo era muito pequeno e, portanto, não compensava seu uso. Para 16%, as isenções permitidas não se aplicavam às atividades desenvolvidas e 15% nem mesmo sabiam da existência dos benefícios.

As últimas informações divulgadas sobre o perfil das empresas dedicadas à responsabilidade social no Brasil a partir do Censo GIFE 2009-2010, mostram investimentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão de investimentos em 2009 e uma projeção de R\$ 2,02 bilhões em 2010, aplicados em diferentes áreas sociais, culturais e ambientais. Dos 134 associados, a taxa de respondentes foi de 76%, o que constitui uma amostra significativa para registrar o perfil do empresariado investidor em responsabilidade social, que desenvolve ações que afetam cerca de 24 milhões de beneficiários diretos.

O Censo mostrou que a maior parte dos investidores sociais privados tem origem corporativa, 62% são fundações e associações empresariais e 24% são empresas privadas, e suas estratégias de ação social tendem a concentrar-se prioritariamente em projetos próprios e menos em financiamento de projetos de terceiros. Por outro lado, os recursos são concentrados em áreas e temas específicos, como educação, população jovem e cultura, em

detrimento de outros temas. O horizonte de tempo considerado na maior parte dos projetos sociais é mais curto, particularmente tendo em vista o panorama de incertezas da economia e da sociedade mundial. A área prioritária da Educação é foco de 82% das empresas investidoras e 60% investem em temas de cultura, artes e formação do trabalhador, enquanto as questões ambientais, que interessam a 58% dos investidores, tiveram uma elevação considerável de 26% de 2007 a 2009 (GIFE, 2010). Com relação ao período de crise financeira mundial de 2008, a pesquisa mostra que o investidor social privado, em grande parte de empresas não alterou de forma relevante o montante de recursos destinados a esta forma de inversão, desde que em relação ao orçamento planejado para este fim, 45% das pesquisadas não tiveram alterações, 29% reduziram ligeiramente e apenas 18% mostrou redução drástica. Algumas áreas, no entanto vem mostrando queda nos investimentos, como defesa de direitos, apoio à gestão do Terceiro Setor e desenvolvimento Comunitário (GIFE, 2010).

A anteriormente citada pesquisa da Associação Internacional para Esforços Voluntários (IAVE , 2011) registrou que a recessão mundial parece ter fortalecido o contingente de empresários voltados para estes investimentos, particularmente as empresas globais que relatam que a recessão renovou a disposição dos empregados para atuar como voluntários, e também resultou em iniciativas mais criativas para responder a problemas comunitários emergentes, especialmente as necessidades humanas básicas dos desempregados ou pessoas vulneráveis de alguma outra forma. Estimulou ainda o uso mais estratégico da ação voluntária para complementar e alavancar a doação financeira para estes fins.

Sobre a governança e gestão do investimento em responsabilidade social, as estruturas decisórias são diferenciadas entre os tipos de instituições, sejam empresas, institutos ou fundações, a partir do grau de vinculação que as une a suas empresas mantenedoras ou a fundações independentes, comunitárias ou familiares, bem como em função do porte das instituições e de sua forma de atuação. No entanto, apenas um número reduzido de instituições conta com a presença de membros externos em sua gestão. A origem dos recursos utilizados para este investimento é diversa, pois as empresas indicam utilizar seja recursos próprios da empresa ou doados pela empresa mantenedora/grupo, sejam recursos doados por indivíduos ou grupos familiares mantenedores, recursos próprios do associado, provenientes de fundo patrimonial, aplicações e ainda outros rendimentos ou ainda recursos gerados com produtos/serviços/marketing relacionados a uma causa.

A principal dificuldade apontada pelos empresários para investir em ações sociais ainda continua sendo a questão financeira: 62% disseram que a falta de dinheiro é o maior empecilho. Uma parcela menor reclamou da ausência de incentivos governamentais (11%). Uma pequena proporção de empresas não atua porque nunca pensaram nessa possibilidade ou porque acreditam que esse não seja o seu papel (5%). No entanto, acima da metade (54%) das empresas respondentes afirmaram que não utilizam benefícios fiscais, apontando como causa poucos benefícios e desvantagens adicionais.

Um estudo do IPEA em 2009 coordenado por Anna Peliano constatou que cerca de 800 mil empresas privadas realizavam ações sociais no Brasil naquele ano. Para um universo de 4,8 milhões de empresas brasileiras, segundo pesquisa do IBGE para aquele ano, este montante corresponde a 16,7% do total de empresas. Peliano ressalta que um dos fatores relevantes para a análise do investimento social no processo de tomada de decisão destas empresas, diz respeito à avaliação social que possuem sobre os resultados destes investimentos, desde que apenas 16% (95.000 empresas) declararam realizar este tipo de ação e 79% responderam não possuírem esta documentação. As empresas alegam altos custos de avaliação relacionados tanto ao tempo utilizado para esta ação, quanto aos recursos monetários, capacitação de equipe interna para estes fins, aliados à definição de instrumentos para a realização. Neste âmbito, a inexistência de apoio governamental técnico e financeiro,

desestimula a realização desta avaliação, o que, por sua vez, onera a consecução das medidas de apoio público ao estímulo do investimento social privado. Como salienta Peliano, a avaliação tem de ser instrumento de gestão, desde que os resultados na área social são longos e difíceis e as ações tendem a sofrer maiores dificuldades, por falta de informações necessárias para o planejamento destas políticas públicas. (PELIANO, 2009; CEMPE, 2009).

Em muitos países mais avançados, a integração entre as medidas de responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável na prática cotidiana, faz com que as organizações se voltem para os objetivos no longo prazo e passem, então, a perceber que qualidade, preço competitivo e bons serviços não representam mais os únicos diferenciais no mercado. No entanto, no Brasil, a ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social ainda é tímida e tem se voltado para o assistencialismo de curto prazo, através de projetos de ajuda filantrópica, de uma política de doações, não revestida de objetivos outros que diminuir momentaneamente dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade.

Apesar do cenário promissor, os números resultantes de uma avaliação sobre os investimentos em projetos sociais, por parte das organizações privadas, destacam o enorme espaço a ser preenchido por atitudes empresariais cidadãs. Esta forma de responsabilidade social não apresenta condições de eliminar a médio ou longo prazo os bloqueios dos indivíduos e do país, que impedem a consecução do desenvolvimento sustentável. O tipo de ação praticada na atualidade no país não elimina a pobreza, mas sim contribui para sua perpetuação. Ainda não está devidamente compreendida a forte relação entre as práticas das idéias mais amplas de responsabilidade social das empresas e as possibilidades de concretizar a forma de desenvolvimento que se mantenha para as gerações futuras. Não se estruturou ainda no ambiente empresarial brasileiro a noção fundamental do que é conceituado como o novo capitalismo social, onde são delineadas novas formas de relação entre empresas, funcionários, comunidades e clientes, que passam a compartilhar objetivos e resultados que favoreçam a otimização e manutenção dos recursos necessários à sustentabilidade do desenvolvimento.

No entanto, já se observa o crescimento da proporção de empresas brasileiras que têm incorporado atitudes de responsabilidade social – ainda que através da prática da filantropia estratégica – o que consiste em uma forma diferenciada de administração, mais próxima da integração com a necessidade do desenvolvimento sustentável. Esta atitude compreende a análise, escolha e determinação de uma causa social que tenha, preferencialmente, relação com o negócio da empresa, ao invés da prática aleatória de uma política de doações. Nesse sentido, a empresa procura investir em projetos sociais específicos que agregarão valor a sua marca, despertando a associação positiva por parte de consumidores, fornecedores, clientes e potenciais, entre seu nome e a ação socialmente responsável (ETHOS, 2006). Esta ação responsável em relação ao seu meio ambiente interno e externo e às condições individuais do trabalho é que permitirá os impactos positivos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento global da região e do país.

A prática filantrópica em si, ainda que associada a uma estratégia específica da administração da empresa, não esgota a capacidade empresarial de selecionar outras medidas estratégicas para a construção do capital social da comunidade, pois como visto anteriormente, a rede de interrelacionamentos de apoio que constitui esta infra-estrutura social, tem reflexos positivos e de desenvolvimento para todos os grupos de agentes que dela participam. A pauta de atuação das empresas visando contribuir ao capital social e ao desenvolvimento sustentável através da responsabilidade social, deve buscar um comprometimento com a ética e a qualidade de vida dos empregados, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo. A preocupação de investir no desenvolvimento de produtos deve ser associada à seleção dos produtos que causem menor impacto ambiental, à

garantia de qualidade junto aos consumidores, e aos projetos sociais e culturais, como parte do planejamento estratégico da empresa com uma visão de longo prazo.

Conforme Sachs (2005) destravar o progresso econômico no Brasil requer mais investimentos em educação e em capacitação tecnológica e científica. Nesse sentido, além dos aspectos apresentados, outra constatação relevante para a consecução do desenvolvimento sustentável, como visto anteriormente, é o entendimento do papel do conhecimento na tomada de decisão sobre os padrões de consumo e produção sustentável, por todas as categorias de agentes envolvidos.

No caso específico do Brasil, a capacidade de recursos materiais e administrativos do governo tem se mostrado insuficiente para a formação da infra-estrutura que permita o acesso livre dos indivíduos a este tipo de formação, representada por investimentos em educação, bibliotecas públicas, programas de apoio à aquisição de livros, equipamentos e outros materiais de informática, tanto por órgãos públicos de ensino, quanto por indivíduos em formação. Dessa forma, atribui-se entre as ações estratégicas das empresas a responsabilidade de assumir conjuntamente a formação da infra-estrutura necessária para a disseminação do conhecimento pela sociedade toda, o que reverterá em reflexos positivos para a própria continuidade de crescimento empresarial.

Portanto, além de se constituir em uma postura ética, uma filosofia moral, um conjunto de preceitos filosóficos que administradores acreditam e tentam seguir, a administração socialmente responsável requer também um conjunto de técnicas e práticas administrativas para gerir estes novos objetivos e suas mudanças estruturais requeridas. A necessidade de se desenvolverem instrumentos que auxiliem as empresas a exercerem sua responsabilidade social de maneira mais efetiva vem causando transformações que implicam em mudanças profundas em várias dimensões da organização, desde que uma empresa passa a ser socialmente responsável de forma gradativa. Para trazerem resultados positivos, estas mudanças devem ser contempladas como parte integrante da cultura organizacional e da estratégia de negócios da empresa. Do ponto de vista da gestão da empresa, observa-se que para que a empresa se torne socialmente responsável é necessário a institucionalização de posturas, instrumentos de gestão e atenção a novos *stockholders* como parceiros dos processos que envolvam público interno, meio ambiente, fornecedores, comunidade, consumidores, governo e sociedade. As mudanças organizacionais nesse sentido trazem implicações estratégicas profundas e requerem instrumentos específicos de gestão, como: consultoria, auditoria e treinamento em Sistema de Gestão e pesquisa do clima organizacional voltados para normas específicas de prática social (SA 8000, ISO26000 e NBR 26000), treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, desenvolvimento de ferramentas informatizadas para o atendimento de produtos sociais, análise do perfil comportamental dos *stockholders* associado à gestão de fornecedores e gestão por competências, bem como introdução de estratégias e produtos para o engajamento de partes interessadas e prováveis parceiros.

A qualificação de profissionais para a gestão da responsabilidade social, requer a formação de um senso ético, mas também espírito crítico/reflexivo e competências teóricas e metodológicas específicas para os objetivos sociais, e ainda a consciência de que o movimento da responsabilidade social na atualidade se associa fortemente ao estudo das suas determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Inclui a capacidade de reflexão sobre as possibilidades e os limites das práticas de gestão da responsabilidade social tanto no contexto interno da empresa, quanto da sociedade regional, nacional e mundial. Requer também a capacitação dos agentes e das empresas como um todo da utilização dos princípios, conceitos e metodologias de gestão social responsável, em diferentes realidades organizacionais.

Em suma, a eficiência das políticas públicas no Brasil voltada para o apoio à formação de capital social é altamente questionada. As dificuldades de gestão pública não se referem apenas à falta de recursos financeiros, mas particularmente se prendem ao gerenciamento dos recursos humano, à carência de experiência acumulada da administração e principalmente à falta de uma infra-estrutura institucional para a coordenação e concatenação das políticas públicas e da formação de capital social. Nesse sentido, a empresa privada brasileira, dispõe de experiência superior e acumulada na área de gestão, tecnológica e organizacional como um todo, de modo a gerar expressivos ganhos de eficiência e qualidade na implementação de medidas sociais necessárias, através de parcerias com o governo ou de ação própria independente. Por sua vez, a responsabilidade social corporativa no Brasil, apresenta potencial considerável de ampliação, através da conscientização de seus impactos positivos sobre o desenvolvimento econômico sustentável, através dos movimentos organizacionais bem sucedidos dirigidos à qualidade, saúde e segurança no trabalho, pela preservação do meio ambiente, que recorrem a divulgação de tópicos como valores organizacionais de respeito ao meio ambiente, à comunidade, ao governo, aos consumidores, entre outros, estão hoje cada vez mais integrados às boas práticas da excelência em gestão.

Dessa forma, os resultados detectados nas pesquisas junto às empresas mostram lado a relevância apoio governamental no sentido de facilitar o acesso a recursos para estes investimentos privados. Por outro lado, as políticas de incentivos governamentais vigentes não tem sido implementadas de maneira a trazer resultados vantajosos. Além disso, a falta de recursos e benefícios fiscais adequados não são as únicas carências neste Programa de apoio, desde que para a efetivação de resultados bem sucedidos é relevante a existência de uma infra-estrutura de apoio institucional para a assessoria às empresas, através de um sistema de informações adequado para a distribuição destes benefícios, de formação de recursos humanos voltados para os objetivos do investimento social, entre outros, acima mencionados. No entanto, a percepção de que a responsabilidade social das empresas pode ser usada como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico, requer a priorização de um planejamento e implementação de políticas públicas voltada para a criação de uma rede de instituições e dispositivos legais de fomento à criação do capital social ainda insuficiente no país, particularmente no período atual de crise sócio-econômica internacional. É necessário salientar-se que embora os investimentos sociais das empresas não devam ser considerados como a solução dos problemas sociais do país, no entanto consiste em um instrumento relevante e que pode trazer resultados significativos para o caminho do desenvolvimento sustentável..

6. Conclusões: repensando a realidade brasileira

O aumento da competitividade internacional das empresas e do avanço tecnológico, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, vem conduzindo ao crescente desgaste sócio-ambiental, cujo contexto no mundo e particularmente no Brasil vem se tornando alarmante. Apesar dos benefícios que a globalização pode trazer, a preocupação mundial com os prejuízos sociais e ambientais da mundialização tem sido foco de mecanismos novos de discussão e operacionalização do fenômeno, onde o ser humano se coloque como agente central do sistema e receba o usufruto do desenvolvimento. Como contrapartida, observa-se no mundo a ampliação de medidas governamentais para a renovação do desenvolvimento das sociedades através de medidas de sustentabilidade em longo prazo, paralelamente à disseminação da consciência de que as empresas que não incorporarem em suas estratégias o engajamento com a efetiva ação para a solução das dificuldades sócio-

ambientais, se arriscam a perder oportunidades em mercados competitivos, que estão sendo crescentemente moldados por estes fatores.

Na realidade do Brasil, a consciência sobre a crise ambiental – que começou a se elevar nos anos 1990, paralelamente à percepção da continuidade do amplo grau de desigualdade social – ainda não conseguiu ser disseminada de forma efetiva através de ações políticas e privadas que tivessem amplo êxito. Questões relacionadas à preocupação com o desequilíbrio macroeconômico foram prioritárias na agenda governamental desde os anos 1980. A economia vem enfrentando a necessidade de conviver com políticas rígidas que buscam a estabilidade macroeconômica, mas que, no entanto, retardam e oneram o desenvolvimento social e econômico, particularmente nos períodos recentes de crise sócio-econômica internacional.

De forma concomitante com a preservação do equilíbrio macroeconômico que já vem se delineando no país desde a segunda metade da década de 1990, a inclusão do país no mercado competitivo mundial e na busca de melhores condições de vida para a população, passa pela integração com os demais países nas ações para a humanização do processo de globalização através do desenvolvimento sustentável. O papel do Estado é primordial nesse novo processo humanizante desde que, se o modo de produção capitalista ainda pode criar as condições favoráveis de melhoria do bem-estar da sociedade através da mundialização, as atribuições governamentais neste sentido são de transferir as atividades econômicas também para o setor privado, mantendo-se como coordenador das políticas públicas de estímulo ao processo produtivo empresarial.

No entanto, manter, paralelamente ao objetivo do equilíbrio macroeconômico, o objetivo da melhoria do bem-estar do homem-cidadão, implica entre outras ações, a necessidade de acentuar esta transferência ao setor privado, da produção e/ou da provisão de parte dos serviços sociais básicos que elevam o capital humano, bem como da criação de mecanismos e instituições que participem da formação da infra-estrutura de capital social do país. Em outras palavras, trata-se de criar condições legais e financeiras para a integração das ações de responsabilidade social das empresas privadas, com o processo de sustentabilidade do desenvolvimento do país. Os requisitos para esta integração são baseados primeiramente no entendimento de que o desenvolvimento sustentável deve ser interpretado de forma mais ampla do que apenas como a redução de impactos no meio ambiente, mas que pressupõe também um compromisso com a redução da desigualdade social a partir de uma política de justiça redistributiva, tanto da parte do governo, quanto de organização privadas.

Da parte das empresas, a responsabilidade pelo consumo de insumos e produção sustentáveis implica em um modelo de produção que busque minimizar desequilíbrios sócio-ambientais disseminando estas ações em toda a cadeia produtiva e em todo o ciclo de vida de um produto, inclusive no que se refere à geração e descarte de dejetos, que agravam as consequências da pobreza em certas localidades. Além do mais, o consumo sustentável de insumos investe na reciclagem e na reutilização dos resíduos da produção, no uso de embalagens e produtos biodegradáveis e no emprego de tecnologias limpas, que utilizam de forma inteligente os recursos renováveis.

O Brasil dispõe de vantagens comparativas significativas em relação a outros países, referentes à biodiversidade e outras condições naturais encontradas em seu território, que criam oportunidades de liderança no ambiente competitivo mundial, se as empresas procurarem formas sustentáveis de exploração destas vantagens, em atendimento às demandas originadas. Contudo, como salientado a preocupação não se resume à sustentabilidade ambiental, mas se estende também à sustentabilidade sócio-econômica de regiões empobrecidas, ao estimular a produção local e o uso de matérias-primas nativas, evocando as competências das pequenas comunidades (Lucas, 2006).

A consciência sobre a utilização das ações responsabilidade social das empresas como

instrumento de desenvolvimento sócio-econômico, ainda não se difundiu no país. Esta percepção sobre a contribuição das empresas no desenvolvimento sustentável requer paralelamente a priorização de um planejamento público e de implementação efetiva de políticas públicas de apoio dirigidas para a criação de uma rede de instituições e dispositivos legais de fomento à ampliação do capital social ainda insuficiente no país, particularmente no período atual de crise sócio-econômica internacional. Apesar da percepção de que a gestão da responsabilidade social não tem a possibilidade de resolver definitivamente as questões sociais arraigadas, este instrumento de apoio no Brasil pode desempenhar um papel considerável na ação de complementação da formação humana e organizacional em diversas áreas da sociedade e da economia.

A inclusão gradativa na sociedade e nas empresas brasileiras da idéia de Responsabilidade Social, já vem sendo ampliada nesse início deste século. Parcela do empresariado e de outras instituições privadas, como do ensino, vem tomando consciência sobre a necessidade de uma postura que se contraponha à cultura de gestão organizacional centrada apenas na maximização do lucro dos acionistas. Assim, a ação dos agentes privados e governamentais nesse sentido, deve ser incorporada não apenas no discurso, mas sim na prática da cultura organizacional destas instituições.

Em muitos países mais avançados, já se observa a integração entre as medidas de responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável na prática cotidiana. No entanto, no Brasil, a ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social ainda é tímida e tem se voltado para o assistencialismo de curto prazo, através de projetos de ajuda filantrópica, de uma política de doações, não revestida de objetivos outros que diminuir momentaneamente dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade.

No que se refere às condições do país de compartilhar com os benefícios e ultrapassar os custos do processo de globalização, torna-se necessário uma ampliação da capacidade de resposta para adaptação às novas condições exigidas. Alguns fatores determinantes desta capacidade estão fora da alçada governamental, e dessa maneira é patente o novo papel das empresas produtoras de bens e serviços e das instituições financeiras para que a tomada de decisão a este respeito apresente uma faceta ética acentuada de comprometimento com a superação das dificuldades de elevação do bem-estar social. A inibição da competição predatória e da exclusão social requer não apenas a atuação eficiente de órgãos reguladores que atuem como direcionadores ao desenvolvimento social, mas também requer a formação de uma nova cultura organizacional em que se efetiva a atuação social estratégica das empresas privadas no processo de busca de formação do capital social e do desenvolvimento sustentável.

Sumarizando, as conclusões apontam que a busca pelo desenvolvimento sustentável não é representada apenas pela preocupação com a política ambiental, mas também inclui a melhora do bem-estar e da inclusão social da população. A responsabilidade social das empresas extrapola a mera filantropia aleatória e deve incorporar a complementação da formação do capital social da nação. Finalmente a consciência da necessidade de integração das práticas de responsabilidade social com a busca do desenvolvimento sustentável, deve ser disseminada como instrumento imprescindível para a maior inclusão de empresas no processo de mudanças sócio-econômicas prementes do país para a consecução destes objetivos de sustentabilidade.

Bibliografia

ALIGLERI, Lilian, ALIGLERI, Luiz A. e KRUGLIANSKAS, Isak. *Gestão Socioambiental: Responsabilidade e Sustentabilidade do negócio*, Ed. Porto Londrina, 2009.

- BERLE, Jr., A.A., “For Whom Corporate Managers Are Trustees: A Note”. *Harvard Law Review* 45(8), 1932.
- BOURDIEU, Pierre, “The forms of capital”, em *Handbook of the Theory and Research for the Sociology of Education*, John Richardson, New York, 1985.
- COLEMAN, James, *Foundations of Social Theory*, Harvard Univ Press, Cambridge, 1990.
- DASGUPTA, Partha e SERAGELDIN, I., *Social Capital: a Multiperspective Approach*, World Bank, Washington, 1998.
- DODD, Jr., E. Merrick., “For Whom Are Corporate Managers Trustees?” *Harvard Law Review* 45(7):1145-1163, 1932.
- ELHAUGE, Einer, “Corporate Managers Operational Discretion to Sacrifice Corporate Profits in the Public, Richard Vietor, ed., Washington/ DC, 2005.
- ESTY, Daniel C., e WINSTON, Andrew S., *Green to Gold: How Smart Companies use Environmental Strategy to Innovate, Create Value and Build Competitive Advantage*, Esty and Winston Ed., USA, 2006.
- ETHOS, “Porte das empresas associadas”, em *Instituto Ethos*, São Paulo, 28/12/2006, www.ethos.org.br
- ETHOS, Pesquisa 2010 - Percepção do Consumidor Brasileiro, São Paulo, 2011. www1.ethos.org.br, acesso em: Junho/2011.
- FLETA, Luis Solano. *Fundamentos de las relaciones públicas*, Editorial Síntesis, Madrid, 1995.
- FOLADORI, Guillermo, *Por una sustentabilidad alternativa*, UITA, Montevideo 2006.
- FRIEDMAN, Milton, “The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits,” em *New York Times Magazine*, New York, 1970.
- GIFE , *Censo GIFE 2009-2010*, GIFE, Ed. Jogo de Amarelinha, São Paulo, 2011
- GUNDLACH, Eric e NUNNENKAMP, Peter, “Some Consequences of Globalization for Developing Countries”, em *Globalization. What it is and its implications*, FEA/USP, S. Paulo, 1996.
- <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>.
- IAVE, *O estado da arte do Voluntariado Empresarial*, Taipei City, Janeiro 2011 <http://www.iave.org>: acesso em 21/10/11
- IBGE, *Cadastro Central de Empresas 2009(CEMPE)*, IBGE, Rio de Janeiro 2009
- IPEA, *Pesquisa Ação Social das Empresas*, Brasília, 2006. . <http://www.ipea.gov.br>, Acesso em: junho/2011
- IPEA. *A iniciativa privada e o espírito público: a ação social das empresas privadas*, Brasília, maio 2001. <http://www.ipea.gov.br>, Acesso em: mar/2011
- KANITZ, Stephen, A função social do administrador. Editora Abril, Revista Veja, edição 1963, ano 39, nº 26, 5 de julho de 2006, página 22
- KLIGSBURG, Bernardo, “El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo”, em *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*, BID, Washington, 2000.

- KON, Anita, “Os países em desenvolvimento no cenário da globalização: repensando a questão ética”, em *Second International Society of Business, Economics and Ethics (ISBEE) World Congress Proceedings*, ISBEE/FGVSP. São Paulo, 2000. www.isbee.org.
- KON, Anita, “Produção, Cultura do Consumo e Desenvolvimento Sustentável”, em *Seminário Internacional Cultura e Trabalho*, SESC Vila Mariana, 2006. www.sescsp.org.br.
- LECHNER, Norbert, “Desafios de um desarrollo humano: individualización y capital social”, em *Insituaciones y desarrollo*, N° 7, Instituto Internacional de Gobernabilidad, Chile, 2000.
- LERDA, Juan Carlos, "Globalização da economia e perda da autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias", em Baumann, R., *O Brasil e a Economia Global*, Campus, RJ, 1996.
- LUCAS, Luciane, “O discurso da sustentabilidade: fundamentos para uma análise do consumo sustentável na mídia”, em *Cadernos de Pesquisa ESPM*, São Paulo, Ano II, n.1, janeiro/2006a.
- LUCAS, Luciane, “Produção, Cultura do Consumo e Desenvolvimento Sustentável”, em *Seminário Internacional Cultura e Trabalho*, SESC Vila Mariana, 2006b. www.sescsp.org.br.
- MEADOWS, Donnella, RANDERS, Jorgen e MEADOWS, Dennis, *Limits to Growth: The 30-Year Update*, Chelsea Green Publishing Company, Chelsea, 2004.
- MENDES, Jefferson Marcel Gross Mendes, “Dimensões da Sustentabilidade”, *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009
- MIRANDA, Francisca e MONZÓ, Evelyn, *Capital social, estrategias individuales y colectivas: el impacto de programas públicos en tres comunidades campesinas de Chile*, CEPAL, Serie Políticas Sociales N° 67, Santiago de Chile, 2003.
- PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas do sudeste brasileiro*. Brasília, 2001. <http://www.ipea.gov.br>, Acesso em: mar/2011
- PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (coord), *Cultivando os Frutos Sociais: A Importância da Avaliação nas Ações das Empresas*, IPEA, Brasília, 2009.
- PUTNAM, R. D. (1993) ””*The prosperous community: social capital and public life*”_em *American Prospect*, 1993
- REINHART, Forest L., STAVINS, Robert N. e VIETOR, Richard H.K., *Corporate Social Responsibility Through an Economic Lens*, National Bureau of Economic Research, Working Paper 13989, Cambridge/Ma, 2008.
- SACHS, Ignacy e VIEIRA, Paulo Freire. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.
- SACHS, Jeffrey, *The End of Poverty*, Penguin Books Ltd, New York, 2005.
- SEN, Amartya, *Desenvolvimento como Liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- SEN, Amartya, *Sobre Ética e Economia*, Companhia das Letras, São Paulo, 1999.

SOBRAL, Helena Ribeiro, “Globalização e Meio Ambiente”, em Dowbor, Ianni e Rezende, *Desafios da globalização*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.

TAVARES, Everkley Magno Freire, Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos, *Holos*, Ano 21, maio/2005

WOOLCLOCK, Michael, “Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework”, em *Theory and Society*, N^o 27, 1998.